

Segunda-feira, 2 de dezembro de 2024

• DESTAQUE •

Leia matéria especial ao final deste boletim

• ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA

CURSO: “Entre controle, proteção e cidadania: a história do direito das crianças por suas instituições. 100 anos de Justiça, de menores à infância e juventude. 200 anos de acolhimento, do asilo dos expostos à família acolhedora”

COORDENAÇÃO: Desembargador Eduardo Cortez de Freitas Gouvêa e Juiz de Direito Eduardo Rezende

PERÍODO: 18/11/2024 a 31/03/2025, às segundas-feiras, das 9 às 12h

MODALIDADE: Exclusivamente a distância

TRANSMISSÃO: teams.microsoft.com

PERÍODO DE INSCRIÇÕES: 4 de novembro a 13 de novembro de 2024 ou até o preenchimento das vagas

PARA PARTICIPAR [CLIQUE AQUI](#)

• ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA

CURSO: “EPM no Interior - São José do Rio Preto”

COORDENAÇÃO: Juízes de Direito Dr. Alceu Correa Junior, Dra. Ana Carolina Della Latta Camargo Belmudes, Dr. Eduardo Palma Pellegrinelli, Dr. Henrique Dada Paiva, Dr. Luis Felipe Ferrari Bedendi, Dra. Maria Rita Rebello Pinho Dias, Dr. Paulo Sergio Romero Vicente Rodrigues e Dr. Ricardo Dal Pizzol

PERÍODO: 16/12/2024 a 17/12/2024, das 8 às 12:30h

MODALIDADE: Presencial e a distância

PERÍODO DE INSCRIÇÕES: 11 de novembro a 10 de dezembro de 2024 ou até o preenchimento das vagas

PARA PARTICIPAR [CLIQUE AQUI](#)

- **[STJ Notícias: mãe pode entregar filho para adoção sem conhecimento da família extensa](#)**

29/10/24 - Na edição que vai ao ar nesta terça-feira (29), o programa *STJ Notícias* traz o entendimento firmado pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de que o sigilo sobre o nascimento e a entrega voluntária da criança para adoção – um direito garantido à genitora pela Lei 13.509/2017, que inseriu o [artigo 19-A no Estatuto da Criança e do Adolescente \(ECA\)](#) – pode ser aplicado também em relação ao suposto pai e à família extensa do recém-nascido.

- **[Reconhecimento da decadência não prejudica julgamento da impugnação ao valor da causa](#)**

8/11/24 - Para a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o reconhecimento da decadência do direito reclamado na ação não impede que o juízo, de ofício ou mediante provocação, faça a adequação do valor da causa apontado pela parte autora na petição inicial.

- **[STF confirma decisão que proibiu publicidade de bets para crianças e adolescentes](#)**

14/11/24 - O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) referendou, por unanimidade, liminar do ministro Luiz Fux que suspendeu, em todo o território nacional, qualquer publicidade de jogos de apostas de cota fixa (bets) que tenham crianças e adolescentes como público-alvo. A determinação foi feita nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 7721 e 7723.

- **[STF cassa decisão que suspendeu programa de escolas cívico-militares em São Paulo](#)**

26/11/24 - O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, cassou nesta terça-feira (26) a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) que suspendeu, em caráter liminar (provisório), a lei que instituiu o modelo de escola cívico-militar no estado.

- **[CSM aprova Gerador de Ementas TJSP com uso de Inteligência Artificial](#)**

5/11/24 - Magistrados e servidores passam a ter à disposição o [Gerador de Ementas TJSP](#), que utiliza recursos de Inteligência Artificial da azure OpenAI para elaborar ementas de decisões judiciais, com base na [Recomendação CNJ nº 154/24](#). O novo serviço foi apresentado hoje (5) aos integrantes do Conselho Superior da Magistratura (CSM). O presidente do TJSP, desembargador Fernando Antonio Torres Garcia, destacou que a ferramenta auxiliará os gabinetes na produção dos votos, propondo ementas de forma célere e completa. “O serviço segue a recomendação do Conselho Nacional de Justiça, que indica um modelo padronizado. Esse formato colabora com a triagem de processos quando chegam nos tribunais superiores”, explicou o presidente. Ele também pediu aos presidentes das Seções auxílio na ampla divulgação do serviço entre seus integrantes.

- **[Autorização eletrônica de viagem para crianças e adolescentes](#)**

15/11/24 - A Autorização Eletrônica de Viagem (AEV), instituída pelo [Provimento nº 38/21](#) da Corregedoria Geral da Justiça, pode ser emitida para crianças e adolescentes até 16 anos para viagens nacionais e internacionais de jovens desacompanhados de um de seus pais ou de ambos, a ser emitida, exclusivamente, por intermédio do [Sistema de Atos Notariais Eletrônicos – e-Notariado](#).

• [Justiça limita visitas de avó a neto para proteger saúde psicológica](#)

30/10/24 - A 3ª vara da Família e Sucessões de São Paulo regulamentou o direito de convivência entre uma avó e seu neto, impondo limites à visitação para assegurar o bem-estar psicológico da criança. A decisão, assinada pela juíza de Direito Juliene Carvalho Martins, estabelece que a convivência deve ocorrer de forma harmoniosa e respeitar as diretrizes impostas pelos genitores, após análise de laudo pericial que apontou risco de abuso psicológico caso a visitação fosse feita sem alinhamento com a rotina familiar.

• [STJ: Multa do ECA por descumprir ordem judicial não se limita a pais ou responsáveis](#)

5/11/24 - A 4ª turma do STJ decidiu que a sanção por descumprimento de determinação judicial ou de conselho tutelar, prevista no artigo 249 do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, não se restringe apenas a pais ou responsáveis. A penalidade pode ser aplicada a qualquer pessoa ou entidade que falhe em adotar as medidas necessárias para proteger menores, incluindo autoridades administrativas, instituições educacionais e outras organizações.

• [Estudo do CNJ revela queda de 46% na internação de adolescentes](#)

10/11/24 - Um estudo feito pelo DPJ/CNJ - Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça concluiu que diversos fatores - como mudanças no contexto jurídico, transformações na gestão do sistema socioeducativo, modificações na atuação policial, alterações nas dinâmicas criminais dos territórios e o impacto do contexto pandêmico - foram determinantes para a queda no número de jovens em privação e restrição de liberdade no Brasil entre 2013 e 2022.

• [Plano de saúde deve custear bomba de insulina a menor diabético, decide STJ](#)

12/11/24 - Nesta terça-feira, 12, a 3ª turma do STJ decidiu que plano de saúde deve custear sistema de infusão contínua de insulina a menor com diabetes melitus tipo 1. O colegiado seguiu o voto da relatora, ministra Nancy Andrighi, para quem foram preenchidos os parâmetros exigidos para cobertura de tratamento não elencado no rol da ANS.

• [O dever estatal de assegurar educação infantil e os desafios para sua efetivação](#)

21/11/24 - O STF, ao analisar o tema de repercussão geral 548, reafirmou que a educação infantil é um direito fundamental que deve ser assegurado pelo Estado. O entendimento consolida a obrigação estatal de oferecer atendimento em creches e pré-escolas a crianças de zero a cinco anos, com base na eficácia plena e aplicabilidade imediata das normas constitucionais sobre o acesso à educação básica. Essa decisão reflete a relevância da educação infantil como pilar para o desenvolvimento infantil e como instrumento de redução das desigualdades sociais.

• [União deve fornecer remédio de alto custo a criança com síndrome rara](#)

22/11/24 - A 3ª vara da Justiça Federal de Curitiba/PR determinou que a União forneça o medicamento estiripentol, sem registro na Anvisa e de alto custo, utilizado no tratamento da síndrome de Dravet a criança de seis anos. Para a juíza Federal, Lília Côrtes de Carvalho de Martino, as provas técnicas apresentadas mostram a imprescindibilidade do tratamento para o menor de idade.

• [Juiz concede auxílio a servidora fluminense que adotou crianças fora do estado](#)

12/11/24 - A 4ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Regional de Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro, determinou em liminar que o governo fluminense ofereça auxílio-adoção a uma servidora pública em até dez dias.

• [A voz do defensor público da criança no Protocolo de depoimento especial do CNJ](#)

22/11/24 - A ministra aposentada Rosa Weber, no exercício da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, instituiu, por meio da Portaria 359, de 11 de outubro de 2022, grupo de trabalho, com o escopo de elaborar protocolo para o depoimento especial de crianças e adolescentes nas ações de família em que se discuta alienação parental.

• [Fratura e desnutrição de adolescente são indícios de dolo de matar e justificam júri](#)

22/11/24 - A mãe e o padrasto de um adolescente [autista](#) de 14 anos serão levados a júri popular pelo homicídio do garoto, conforme decidiu a 3ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo. O casal nega ter cometido o crime, alegando que a vítima caiu do sofá na casa da família, no Guarujá (SP). Porém, o laudo necroscópico indica lesões que sugerem violência e são incompatíveis com uma queda de meio metro de altura.

• [STJ afasta incidência da Lei Maria da Penha sobre suposta agressão de mãe e filhos](#)

25/11/24 - A Lei Maria da Penha ([11.340/2006](#)) coíbe e previne a violência doméstica e familiar contra a mulher decorrente de ação ou omissão baseada no gênero. Ela não contempla, portanto, agressões em âmbito doméstico não relacionadas ao gênero da vítima, como as praticadas por uma mãe contra os filhos, sujeitos a um sistema específico de proteção.

- [Apenas 7,6% dos municípios brasileiros oferecem auxílio-creche, diz IBGE](#)

31/10/24 - Apenas 432 municípios do Brasil oferecem suporte financeiro a famílias que não conseguem matrícula em creches públicas.

O número representa 7,6% de todos os 5.570 municípios.

- [Rede estadual de SP amplia duração das aulas e inclui educação financeira](#)

12/11/24 - A partir do próximo ano letivo, estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio nas escolas estaduais de São Paulo terão mudanças na carga horária das aulas. Em vez dos tradicionais 45 minutos, as disciplinas passarão a ter 50 minutos de duração, uma mudança que visa aprimorar o aproveitamento do tempo para ensino e aprendizagem.

- [Servidores com TDAH ou TEA têm direito a jornada reduzida](#)

13/11/24 - Advogada afirma que a redução da jornada de trabalho para servidores públicos com TDAH ou TEA é um direito que muitas pessoas desconhecem. Na sua visão, as próprias instituições não estão totalmente informadas sobre como implementar essas adaptações.

• MATÉRIA ESPECIAL - G1 SÃO PAULO •

- [Projeto que proíbe celulares nas escolas em SP é aprovado e segue para sanção do governador](#)

12/11/24 - A Assembleia Legislativa do Estado de [São Paulo \(Alesp\)](#) aprovou o projeto de lei que proíbe o uso de celulares em escolas públicas e privadas no estado. Agora, o texto segue para sanção do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Em votação ocorrida nesta terça-feira (12), deputados aprovaram de maneira simbólica a proposta.

De autoria da deputada estadual Marina Helou (Rede) e coautoria de outros 40 parlamentares, a proposta restringe que estudantes usem qualquer tipo de aparelho eletrônico com acesso à internet durante o período de aulas, incluindo intervalos. O texto recebeu aval da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Alesp em outubro.

